

A FLORESTA SOCIAL E O SUBDESENVOLVIMENTO

JORGE PALADINO CORRÊA DE LIMA
PhD, Prof Adjunto, DS - IF - UFRRJ
SEBASTIÃO KENGEN
PhD, Eng Florestal, DIREN - IBAMA

FLORESTA SOCIAL

Floresta Social é tida como a mais recente invenção dos conservacionistas internacionais. Porém, os profissionais florestais não podem permitir que as práticas sociais florestais assumam uma postura monopolística, mas sim, induzam um aprimoramento ou uma atualização constante as normas técnicas (LIMA, 1994).

De acordo com DARGAVEL et alli (1994), a sociologia assim como a economia estão no centro do debate sobre o desenvolvimento enquanto a ciência florestal não. Esta segue estratégias de desenvolvimento que são frequentemente indefinidas sem maiores provas ou não reconhecidas e de origens diversas. Se isto ocorre é porque ela está preocupada com problemas biológicos, atrasada por pragmatismo ou inibida por seu contexto burocrático, o que importa é que a ciência florestal parece ser avessa à investigação das teorias sociais em que se fundamentam as políticas que ela pratica; ela assume, por fraseando CHAMBER (1985), uma visão particularizada do mundo através de uma "ecologia física" ao invés de lançar mão das ciências sociais. É um paradoxo, pois, embora tenha havido uma mudança de enfoque de "floresta industrial" para "floresta social", isto não levou praticamente a

questionamento algum quanto às condições sociais requeridas para que a sua implementação efetivamente se concretize. Isto sugere que a mudança substancial na teoria social não foi absorvida integralmente pela ciência florestal, particularmente na forma em que é posto em prática nos países subdesenvolvidos, está seriamente subdesenvolvida.

FLORESTA INDUSTRIAL

Embora sabendo que uma parte dos recursos utilizados nos reflorestamentos contribuiu para uma expansão industrial e desta forma geraram alguns dos benefícios sociais esperados, outra parte não os gerou, não irá gerá-los ou quiçá poderá fazê-lo num futuro incerto. O emprego diretamente criado durante a implantação dos plantios, muito embora bem-vindos nas regiões onde ocorreram, declinaram ou mesmo se extinguiram quando esta fase terminou. Isto pode ser parcialmente atribuído aos "altos e baixos" naturais dos plantios, bem como à solução de continuidade que muitos desses plantios vieram a sofrer. Desta maneira, os argumentos quanto à geração e/ou expansão de empregos nas áreas rurais passam a ser

questionáveis. O que gerou com certeza, foi o favorecimento de grandes proprietários de terras e de grandes corporações, aumentando a desigual distribuição da renda e da terra no Brasil (LIMA, 1994).

A monocultura, o desvio de cursos d'água, a extração mineral, a emissão de calor e de gases nocivos na atmosfera, as florestas industriais e a manipulação genética todos estes são exemplos da intervenção humana nos sistemas naturais durante o desenvolvimento. Até pouco tempo, tais intervenções eram em pequena escala e tinham impacto limitado. Hoje, seu impacto é mais drástico, sua escala maior, e por isso elas ameaçam mais os sistemas que sustentam a vida, tanto em nível local como global. No mínimo, o desenvolvimento não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos (LIMA, 1991).

Em relação as florestas industriais e sua inadequação, DARGAVEL et alli (1994), sugere que tanto no Brasil como na Índia os camponeses e nativos não melhoraram e talvez tenham até piorado as suas condições de vida. Por outro lado, tanto no Brasil como na Austrália os custos das florestas industriais penalizaram os contribuintes e na Austrália grande parte do capital foi investido em tecnologia para substituir a mão-de-obra na produção. Reconhecendo somente os efeitos sociais e econômicos positivos da industrialização, a teoria difusionista, sobre a qual o conceito de floresta industrial se baseava, tem provado ser teoricamente inadequada para explicar a muitas realidades negativas.

FLORESTA COMUNITÁRIA

Em um passado recente, um novo modo de produção florestal foi promovido por organizações internacionais e pacotes de projetos passaram a ser oferecidos aos países subdesenvolvidos. A isto chamouse de "floresta social" ou "floresta comunitária" e assumiu-se que as pessoas eram agrupadas em vilas cada qual constituindo-se numa comunidade. Ao fazer isto, era imposta uma percepção particularmente ocidentalizada dessas sociedades. Seu foco era a comunidade, usualmente a vila, o qual implicava que as decisões coletivas seriam

tomadas pelo bem coletivo. Seguindo o debate sobre necessidades básicas, a floresta comunitária enfatizava a necessidade quanto à participação das pessoas na tomada de decisões que lhe afetam. Seu objetivo era produzir autoconfiança na comunidade e por extensão na nação. Para este fim, pequenos plantios locais deviam ser implantados a partir dos quais os benefícios eventuais seriam distribuídos igualmente entre os membros da comunidade.

As agências internacionais de cooperação também enfatizavam outras formas de floresta não industrial, tais como plantio de essências florestais ao longo das rodovias ou nas fazendas como já vinha sendo praticado desde a época colonial. Tudo isto era proposto sob a rubrica de "floresta social", incluindo a "floresta comunitária". Por outro lado, as velhas hipóteses quanto à floresta industrial nunca foram questionadas por essas agências; de alguma forma esperava-se que os benefícios percolassem misteriosamente por toda a população rural (trickledown effect). E as velhas estruturas e organizações, ainda em sua forma imperial, eram percebidas como os meios para implementar esses projetos sociais.

A terminologia de floresta "social" ou "comunitária" tem sido contestada. Em um dos extremos a "floresta comunitária" tem sido restrita àqueles casos de vila esquemas de autoajuda, onde benefícios serão distribuídos igualmente. Outros têm sustentado que "floresta social" dá uma falsa impressão de que haverá uma distribuição dos benefícios sociais.

O SUBDESENVOLVIMENTO

O crescimento da pobreza, principalmente urbana, associado à falta de planejamento na área de saneamento, poluição do ar e abastecimento de água, estão na raiz de todos os problemas ambientais (MONTIEL, 1994). A questão fundamental é se a floresta social, nos termos em que tem sido promovida nos países subdesenvolvidos, está realmente contribuindo para aumentar ou decrescer a miséria.

A floresta social, como tem sido praticada, é uma intervenção externa nas vilas e também, nas nações. A idéia foi formada a nível internacional com as percepções do

ocidente quanto aos problemas a nível de vila. Porém, a noção ocidental quanto às vilas compartilharem equitativamente não passa de uma visão deturpada da vida real de muitas sociedades. É exatamente uma versão utópica da teoria quanto ao efeito "trickledown" das florestas industriais; o fato de serem os plantios realizados em menor escala não lhe confere credibilidade. Ela falha também, assim como a floresta industrial falhou, à medida que encara a pobreza como uma questão diariamente produzida e reproduzida pelas estruturas da sociedade. O objetivo de diminuir a pobreza, através de um maior acesso aos recursos, como lenha e forragem, não pode ser atingido no contexto das estruturas sociais existentes já que as mesmas asseguram que os explorados continuem a ser explorados.

O papel da floresta social dentro do desenvolvimento florestal foi percebido apenas como o meio pelo qual a floresta industrial podia ser liberada das pressões sociais. A deficiência da floresta social em confrontar as estruturas sociais que causam as condições que ela se propõe a aliviar, constitui-se uma inadequação teórica tão débil que suas políticas serão ineficazes.

A floresta social que tem sido implantada

por governos e respectivos serviços florestais, têm preservado uma organização e estilo coloniais. Eles são partes integrantes das estruturas sociais que reproduzem a miséria.

BIBLIOGRAFIA

CHAMBERS,R. 1983. Rural Development: Putting the Last First. London. Logman.

DAGAVEL,J; M.Hubley and S.Kengen. 1994. Forestry of Development and Underdevelopment of Forestry. In: Dargavel,J.; Simpson,G. (eds). FORESTRY: SUCCESS OR FAILURE IN DEVELOPING COUNTRIES.Canberra. Australia: CRES Working Paper 1985/20.

LIMA,J.P.C. 1994. A Floresta e o Ambiente Social. In: Floresta e Ambiente. Instituto de Florestas. UFRRJ. Itaguaí.RJ. p139141.

LIMA,M.J.A. 1991. Em Busca do Desenvolvimento Sustentável. In: Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. Parte I, Cap 2. FI 48.

MONTIEL,F. 1994. O Meio Ambiente e o Papel do Legislativo em 1994. In: Encarte A. INESC. Brasília. DF. Ano VIII. No.53.